

---

## O processo de patrimonialização da Capela de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, no rastro da lama da mineração<sup>1</sup>

Tamara MARQUES<sup>2</sup>

Juçara BRITTES<sup>3</sup>

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG

### RESUMO

Estudo sobre o processo de patrimonialização da Capela de Santo Antônio, localizada no subdistrito marianense de Paracatu de Baixo, um dos territórios atingidos pela lama de rejeitos da barragem que rompeu em 2015. A metodologia conjuga pesquisa bibliográfica e documental, técnicas da análise de conteúdo, de entrevistas semiestruturadas e grupo focal, para analisar as temporalidades manifestas nos discursos, a presença ou ausência de atores sociais e dos diferentes valores atribuídos ao templo. Revela o desequilíbrio entre as vozes que oficialmente se pronunciaram no processo e a fraca participação da comunidade de Paracatu de Baixo, assim como os sentidos e valores predominantes na argumentação definidora da capela enquanto patrimônio Cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** patrimônio cultural; Capela de Santo Antônio; tragédia de Mariana; produção de sentidos

### Introdução

Este estudo investigou as mudanças de sentido em torno da capela de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, após o rompimento da barragem da Samarco ocorrido em 2015. Para tal, buscou-se compreender as reverberações desse acontecimento no território devastado pela lama de rejeitos, bem como os processos oficiais que envolveram esse templo.

A localidade de Paracatu de Baixo é um subdistrito do município de Mariana que, assim como Bento Rodrigues<sup>4</sup>, foi submersa pela onda de rejeitos, que levou ao

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Pesquisas Políticas e Estratégias de Comunicação, durante o 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós—Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) [tamara.marques@ymail.com](mailto:tamara.marques@ymail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Ciências da Comunicação; Membro do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) [jubrittes@gmail.com](mailto:jubrittes@gmail.com)

<sup>4</sup> É notório o maior destaque dado à comunidade de Bento Rodrigues ao se referir ao rompimento da barragem em Mariana, por ter sido primeira localidade a ser atingida. Daí, também a justificativa e o interesse pelo recorte deste estudo, voltado para a comunidade de Paracatu de Baixo, que também sofreu impactos de grande magnitude.

---

deslocamento forçado de sua população. Surpreendentemente, a capela de Santo Antônio permaneceu erguida em meio à destruição.

Com a passagem da lama, que seguiu o curso do rio Gualaxo, a maioria das residências do local foi destruída, restando apenas algumas edificações nos terrenos mais elevados ou sítios mais afastados. A população perdeu os equipamentos básicos de seu cotidiano. Toda a tessitura social, cultural e econômica foi impactada, em consequência da onda de rejeitos de minério de ferro que devastou o povoado, fazendo com que a população<sup>5</sup>, em sua maioria, fosse deslocada para a sede do município de Mariana, passando a viver uma nova realidade social, cultural e territorial. Em função desse acontecimento várias características da comunidade foram desmanteladas, provocando descontinuidades nos modos de vida. Atualmente, os ex-moradores da localidade estão alojados aleatoriamente na sede de Mariana, em um contexto totalmente diferente do anterior: urbanizado, com forte densidade demográfica, pois concentra algo em torno de 87%<sup>6</sup> da população urbana do município. Além disso, se desfizeram as vizinhanças. Os vínculos sociais estão afetados devido ao distanciamento físico em que as famílias ainda se encontram na nova realidade socioespacial, uma vez que, mesmo passados cinco anos, a comunidade não foi reassentada.

O acontecimento provocou, além das mudanças do presente, a reconfiguração do passado vivenciado em um local que, atualmente, está amplamente modificado pelo impacto provocado pela passagem da lama. Não há como dizer da vivência do presente a partir desse acontecimento sem observar, também, às experiências do passado. O acontecimento continua a acontecer à medida em que a comunidade, mesmo sendo obrigada a abandonar a localidade, retorna ao vilarejo devastado para manutenção de algumas celebrações, como os festejos do padroeiro Santo Antônio.

A capela<sup>7</sup> de Santo Antônio faz parte da Paróquia de São Caetano, localizada no distrito de Monsenhor Horta, ambas vinculadas à Arquidiocese de Mariana. Segundo relatos da comunidade, anteriormente existia outra capela no mesmo lugar onde se

---

<sup>5</sup> Mais de 90% da população de Paracatu de Baixo foi desalojada com a chegada da lama, o que representa cerca de 120 famílias, segundo a Fundação Renova. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/paracatu-de-baixo/>. Acesso em: 15 Abr. 2017.

<sup>6</sup> Dados referentes ao ano de 2010, conforme apresentado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/mariana\\_mg](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/mariana_mg). Acesso em: 24 de Fev. 2018.

<sup>7</sup> O termo capela está relacionado a designação dada a templos que possuem subordinação a uma paróquia. Embora o templo aqui estudado seja uma capela, há diversas falas de moradores e outros atores que contribuíram para essa pesquisa que a referenciam enquanto igreja.

---

encontra a construção atual, que teria sido erguida em 1990, inclusive com apoio dos moradores.

O templo exercia papel central na comunidade enquanto local de interações sociais, seguindo a tradição portuguesa de inscrever sua religiosidade na organização espacial dos territórios. Esta característica pode ser percebida pelo calendário religioso e folclórico da comunidade. Ali aparecem as festas do padroeiro Santo Antônio, bem como as demais homenagens aos santos juninos<sup>8</sup>, a Festa do Menino Jesus (que, na localidade, é realizada em setembro como uma saída encontrada pela comunidade para escapar do período chuvoso) e a Festa de Nossa Senhora Aparecida, em outubro. Acrescente-se as comemorações natalinas o Dia de Reis, com destaque para a tradicional Folia de Reis de Paracatu de Baixo, cuja apresentação final é em 6 de janeiro. Todas as celebrações eram realizadas ou se encerravam na capela de Santo Antônio.

A capela, como se apresenta hoje, testemunha um acontecimento socioambiental catastrófico. As marcas da passagem da lama e seus arredores encobertos pelo rejeito é prova do acontecimento. Essa experiência afetiva, que está ligada à memória de cada sujeito, materializa os vínculos da comunidade na capela, uma vez que, como o templo ainda permanece de pé, segue sendo utilizado pela comunidade para celebração dos rituais religiosos e culturais, após passar por intervenções e manutenções mínimas, para o reuso. A capela de Santo Antônio, por um lado, permite a manutenção das devoções, por outro evoca a experiência traumática da perda cruel que não se limita a ordem material. As imagens a seguir testemunham essa afirmação:

---

<sup>8</sup> A religião católica celebra no mês de junho homenagens voltadas a três santos: Santo Antônio (dia 13), São João Batista (dia 24) e São Pedro (dia 29).

Capela de Santo Antônio e seu entorno pós  
rompimento



Fonte: MPMG

Capela durante Festa do Menino Jesus.  
Setembro/2017



Fonte: Acervo Cleber Ribeiro

### **O processo de patrimonialização da capela de Santo Antônio**

Após o rompimento da barragem da Samarco, os territórios atingidos foram objeto de discussões de ordem patrimonial. Importante destacar que a capela de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, não possuía nenhum tipo de salvaguarda histórico-cultural ou de outra natureza, anterior ao rompimento da barragem.

Optou-se, neste estudo, por adotar o conceito de patrimônio cultural, para entender o processo de patrimonialização. Esse enfoque considera a existência de uma herança coletiva, conforme esclarece Castriota (2009). Para o autor, o patrimônio se refere a um sujeito coletivo, algo importante para ser preservado para um determinado grupo de pessoas. Nesse aspecto, o patrimônio cultural está contido:

(...) nas obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores, sábios, assim como criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida (CASTRIOTA, 2009, p.42).

O patrimônio cultural é, igualmente, um processo que demanda a ação, a significação e o reconhecimento de valores sob o ponto de vista formal. Assim, a patrimonialização é o processo de tornar algo formalmente reconhecido enquanto patrimônio, a partir de um valor atribuído àquilo que se pretende preservar, por meio de instrumentos específicos. Existem correntes teóricas que não limitam esse processo aos instrumentos legais de proteção de um bem cultural, conforme defendem Peixoto e Leite (2019):

o conceito de patrimonialização é utilizado para “dar conta de um movimento de duplo alcance. Por um lado, e na sua essência, os processos de patrimonialização se referem a intervenções de natureza

---

patrimonial e predominantemente técnica que visam, acima de tudo, obter, através de uma operação de tombamento formal, um estatuto patrimonial. Por outro lado, lateralmente, os processos de patrimonialização se referem a operações de natureza diversa (arquitetônica, paisagística, urbanística, política, cultural, comercial, etc.) cujos objetivos, independentemente de um reconhecimento formal, assentam na exacerbação de um patrimônio ou do valor patrimonial de um objeto. (PEIXOTO; LEITE, p.109 *apud* CLIMACO, 2011, p.13-14)

Foi no âmbito do COMPAT (Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana) que ocorreram as discussões sobre os territórios atingidos pela lama de rejeitos. O Conselho emitiu, logo após o rompimento da barragem da Samarco, uma deliberação provisória de tombamento para os territórios atingidos, justificada pelo “grande número de bens de valor cultural situados nas localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo”. Também pela necessidade de preservação de territórios que, neste caso, passaram por processos de destruição e remetem à memória da sociedade brasileira, conforme Art.216 da Constituição de 1988 que define o patrimônio cultural brasileiro.<sup>9</sup>

A ação não significou apenas a guarda de um bem ou de um conjunto arquitetônico para preservação de suas condições físicas para usufruto das gerações futuras, mas preservou o rastro, os vestígios do que ali existiu. A deliberação do COMPAT diz:

Ficam tombados provisoriamente como patrimônio cultural e paisagístico de Mariana, os territórios das localidades denominadas Bento Rodrigues, Paracatu de Cima e de Baixo, incluindo toda conformação original das aglomerações urbanas impactadas pelo presente desastre ocorrido em 05 de novembro de 2015, com o acréscimo de uma área de 100 metros de entorno. (COMPAT, 2016, Art.1º)

---

<sup>9</sup> Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp). Acesso em: 31 Ago. 2019.

Para compreender como se deu o processo de tombamento foram analisadas 31 atas<sup>10</sup> do COMPAT, datadas entre novembro de 2015 e dezembro 2018. A análise dos seus conteúdos subsidiou a identificação de discussões em torno do objeto de estudo, bem como o entendimento do contexto em que os debates se deram. Buscou-se extrapolar aquilo que está descrito no texto, proporcionando, conforme aconselha Chizzotti (2014), uma leitura do contexto e das circunstâncias em que a mensagem ocorreu, além de propiciar uma leitura daquilo que não se manifestou claramente ou que está de certa forma encoberto no texto.

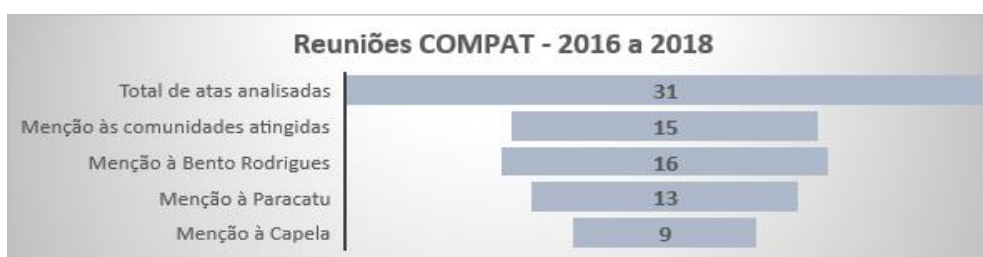


Gráfico síntese - Análise reuniões COMPAT. Agosto/2019 Fonte: Elaboração própria

O gráfico apresenta números gerais das 31 atas de reuniões analisadas. Deste total, 15 reuniões trazem, de alguma forma, o contexto do rompimento da barragem de Fundão. Pode-se notar um equilíbrio das discussões em torno do processo de tombamento e sobre Bento Rodrigue e Paracatu de Baixo, sendo que em nove reuniões foram tratados assuntos relacionados especificamente à Capela de Santo Antônio. Conforme dito, a região atingida pela lama no subdistrito de Paracatu de Baixo possui tombamento<sup>11</sup> provisório, por decisão do COMPAT. Já a capela foi tombada definitivamente como patrimônio Histórico Municipal em abril de 2016. Nessa condição, o templo fica protegido pelo Conselho, que deverá deliberar sobre qualquer intervenção na Capela e nas demais áreas ainda em processo de tombamento definitivo.

<sup>10</sup> As atas do COMPAT estão disponíveis no site oficial do Conselho. Disponível em: <https://www.compat.info/atas>. Acesso em: 04 Mar.2018.

<sup>11</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN define tombamento como: “O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias” Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 17 Jan. 2018.

---

A leitura das atas revela ausências significativas no debate e na tomada de decisão acerca do tombamento dos territórios atingidos. Apenas duas reuniões ordinárias do COMPAT contaram com a presença de representantes dos atingidos, sendo esses da comunidade de Bento Rodrigues. Representantes da comunidade de Paracatu de Baixo nunca estiveram presentes. Nem mesmo na reunião que decidiu pelo tombamento definitivo da capela de Santo Antônio, dando a esse templo todas as prerrogativas de um bem salvaguardado, porém sem o devido envolvimento e escuta daqueles que o utilizavam antes do rompimento.

Os antigos moradores da região, que deveriam ser considerados os principais interessados, os agentes a serem envolvidos e ouvidos na tomada de decisão sobre a destinação da capela, não estiveram presentes ou não foram devidamente envolvidos no espaço institucional apropriado. O que ocorreu foi o silenciamento de vozes fundamentais ao processo, prevalecendo os valores que os agentes de poder – neste caso, os membros do COMPAT – designaram ao templo, conforme apresentado por membro<sup>12</sup> do Conselho:

O valor da igreja agora está em duas questões. A minha relação com a Igreja é nesse sentido, da proteção, da defesa da memória, passando pela comunidade. Mas a proteção e a defesa da memória têm pelo menos duas vertentes ou consequências diretas: uma é a significância dela para a comunidade, a implicação dela, o fato dela permanecer dentro naquele local, a igreja ser um local de encontro. Mas ela tem também uma outra importância que é fundamental, ela representa um marco da tragédia que aconteceu em 05 de novembro de 2015. Ela extrapola o valor dela pra comunidade. Eu diria que essa igreja tem um valor por ser um hoje um prédio que permanece em pé, mas com as marcas muito claras da lama. Ela tem um valor que ultrapassa o interesse da comunidade, o interesse da comunidade de Mariana, o interesse da comunidade de Minas Gerais, até mesmo o interesse da comunidade brasileira, porque ela guarda um pouco da dimensão da tragédia. (Membro do COMPAT, 2018)

As novas paisagens existentes nos territórios atingidos passam a retratar não apenas a passagem da lama e seus impactos físicos catastróficos. Também fazem emergir a condição de negligência em que os processos produtivos podem estar pautados, deixando em risco aqueles que estão próximos às atividades de mineração. Nesse aspecto,

---

<sup>12</sup> Foi realizada entrevista com um membro do Conselho, para qualificar as informações apuradas a partir dos documentos e, principalmente, captar percepções que os registros não dão conta de expressar. Realizou-se, também, uma entrevista com um membro da comunidade eclesial de Paracatu de Baixo, um dos moradores mais antigos do lugarejo que participou das obras da capela em Paracatu quando da sua ampliação.

---

ainda que os interesses da comunidade atingida estejam mediados pelo Conselho, o valor principal atribuído à capela está relacionado ao acontecimento, à passagem da lama, às marcas deixadas por ela nesse templo, à dimensão representada por ela após o rompimento.

Um membro do COMPAT, entrevistado para este estudo, apresenta o templo enquanto um “elemento importante para a sobrevivência desse povo enquanto comunidade. Um símbolo, um fator de coesão, sendo que [...] a ideia do tombamento é exatamente preservar a memória, os valores daquela comunidade que ali existiam” (Membro do COMPAT, 2018). Enquanto no discurso o Conselho reconhece o significado da Capela para a população de Paracatu, na prática não demonstrou buscar mecanismos que pudessem equilibrar as vozes e os sentidos a serem atribuídos ao processo de tombamento do templo.

Há no processo de patrimonialização da Capela um agenciamento de sentido que busca tornar aquele templo o símbolo de uma tragédia. As políticas de patrimônio irão sempre trabalhar com a “dialética lembrar-esquecer” nas quais, “para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimentos de outros, iluminam-se certos aspectos da história [...]” (CASTRIOTA, 2009, p.43). Nessa perspectiva, o uso desse bem cultural, após o processo de tombamento da capela, transcende a comunidade de Paracatu. Essa situação já é percebida pela própria comunidade, conforme manifesta um entrevistado: “hoje ela é protegida, tem visita lá toda semana. Há poucos dias eu estava lá com uma turma de Belo Horizonte e de São Paulo.” (Membro da comunidade de Paracatu de Baixo, 2018).

O interesse da sociedade pela capela não está ligado à memória do seu uso anterior, mas à sua representação simbólica. Diferente do sentido dado pela comunidade em que capela de Santo Antônio estava no seu cotidiano como afirma uma fonte entrevistada: “[...] antes do barro passar lá, era outra coisa. Todo sábado o pessoal juntava lá, tinha reza, agora não tem nada disso. Agora a gente só faz as festas. Antes, tinha reza todos os dias na igreja, lá ficava cheio de gente de todo lugar” (*Idem*). Percebe-se uma diferença nos valores que estão atribuídos à capela: uma disputa de sentidos relacionada àquilo que ela representa para a comunidade do seu entorno e para a sociedade em geral. Interessante, ainda, avaliar a perspectiva do tombamento de um território praticamente destruído: parece ser uma relação dicotômica quando se pensa no objetivo de tornar algo



---

em patrimônio. A preservação, neste caso, ultrapassa os limites físicos. Está relacionada a conservação da memória de um fato, já que existem apenas escombros de outras edificações no entorno da capela.

### **A capela de Santo Antônio enquanto patrimônio cultural: sentidos emergentes a partir do grupo focal**

Com o objetivo de aprofundar os sentidos em torno da capela de Santo Antônio de Paracatu de Baixo, o seu processo de patrimonização e o próprio entendimento sobre o conceito de patrimônio, realizou-se, enquanto técnica de coleta de dados, um grupo focal<sup>13, 14</sup>. Buscou-se uma composição variada de olhares para a realidade observada.

O grupo foi composto por oito pessoas entre 21 e 46 anos, de diversas origens, atuações e formações: profissionais da educação e saúde pública, da iniciativa privada e estudantes universitários. Os participantes eram provenientes das cidades de Mariana, Belo Horizonte, Santa Bárbara e Barão de Cocais. Alguns deles têm relação direta com os impactos do rompimento da barragem da Samarco, enquanto moradores ou profissionais que trabalhavam em Paracatu de Baixo antes de rompimento; profissionais que atuaram ou atuam junto às famílias e, os demais participantes, sem vínculos diretos com o acontecimento. Buscou-se o mínimo de interferência possível junto aos participantes. Optou-se, como técnica para condução das discussões, por projetar<sup>15</sup> imagens, enquanto dispositivos capazes de provocar reflexões, evocar interpretações e sentidos particulares.

Duas imagens da capela foram expostas ao grupo. Os integrantes foram convidados a expressar, em uma palavra, os sentimentos que surgiram a partir da visualização de cada uma<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> O grupo focal foi realizado no dia 25 de setembro de 2019, às 18h, nas dependências do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (ICSA/UFOP), no prédio do Programa de Pós-Graduação em Comunicação localizado na cidade de Mariana/MG. Optou-se por guardar a identidade dos participantes que tem suas falas destacadas por meio das iniciais de seus nomes.

<sup>14</sup> Conforme (GASKELL, 2013), o grupo focal é a reunião de pessoas convidadas pelo pesquisador, capazes de proporcionar um espectro de pontos de vistas variados a partir de sua realidade particular. De tal modo, “a finalidade da pesquisa qualitativa não é contar as pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes opiniões sobre o assunto em questão” (*Ibidem*, p. 65).

<sup>15</sup> A projeção visual feita por meio de *datashow*.

<sup>16</sup> Os participantes registraram de forma individualizada, em silêncio, uma palavra que representava cada uma das imagens para posterior debate.



Imagens apresentadas durante grupo focal. Capela antes e depois do rompimento da barragem.  
A foto à esquerda foi cedida pela comunidade e foto à direita pertence ao acervo da Fundação Renova.

O resultado da contemplação das imagens em palavras está expresso no esquema visual abaixo. As mais repetidas estão em destaque:

Nuvem de palavras: sentimentos acerca da imagem antes do rompimento      Nuvem de palavras: termos utilizados para descrever a imagem após do rompimento



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

Os termos trazidos pelo grupo ao descrever a capela antes da lama, mostram que acionaram lembranças de momentos vividos, não necessariamente em Paracatu. Muitos deles se quer conheciam a capela. Olharam para seu próprio passado, para momentos de afetividade, proporcionando uma variedade de significações. Como explicam Moriceu e Mendonça (2016), “o sentido não é algo dado, materializado, é resultado da potência do afetar” (p. 87), sendo assim da ordem do sujeito. Em praticamente todas as falas, o destaque foi para os sujeitos que ali estavam. Reforçaram que aquele espaço só tem sentido pelos fatos sociais, pelas memórias e pelos acontecimentos que ali se deram, a partir da união, da cultura, da história, da crença, dos festejos realizados pelas pessoas que vivenciaram ou vivenciam aquele espaço (MENEZES, 2009).

A segunda imagem apresentada provocou um acionamento mais ampliado de significados. Independente da vivência direta naquele espaço - situação de vários integrantes do grupo focal - a capela evocou sentimentos que remeteram às consequências

---

do rompimento, conforme reforçam as palavras que emergiram dessa reflexão. Todos os integrantes do grupo focal foram afetados, de certa maneira, por esse acontecimento. A afetação não se dá apenas em quem experienciou aquele ambiente anteriormente, mas também nos sujeitos que continuam experienciando esse acontecimento, mediado de tantas formas possíveis, por grupos, instituições, pelos canais de comunicação e tantas outras possíveis.

O grupo também chamado a observar as imagens sob a perspectiva do patrimônio, sendo convidado a escolher qual das imagens representava um patrimônio cultural, a Capela antes ou depois do rompimento. A primeira fala foi: “Deveria ser a primeira, mas é a segunda” (A. S.). A capela “não tinha reconhecimento de patrimônio, mas as pessoas do local sabiam da importância daquele lugar para a comunidade” (A. S.).

O estudo permite afirmar, portanto, que a capela representa um bem cultural para a comunidade de Paracatu. Era o centro de referência para a vida social daquele lugarejo. Como ensina Menezes, a qualificação do bem cultural se dá pela “raiz de interioridade e consciência” que os usuários desse bem são capazes de apresentar. No entanto, o autor discute que a noção de bem cultural pode ser fundamentalmente diversa, pois a forma de se relacionar e de classificar os bens culturais terá variações (MENEZES, 2009).

A capela ser entendida pelo povo de Paracatu de Baixo enquanto um patrimônio independia da relação de existência de instrumentos legais de preservação. A relação daquela população com a capela estava ligada ao pertencimento, à referência, à presença, ao cotidiano, aos valores e aos usos atribuídos àquele templo por quem o frequentava. Pode-se afirmar que, de certa forma, esses valores resistem na atualidade, à medida em que a comunidade ali retorna para celebrar suas tradições.

Antes da tragédia, o lugarejo estava distante de interesses alheios. Após o rompimento da barragem, a capela revestida de lama recebe outros valores atribuídos pela sociedade e pelos agentes de poder, capazes de definir formalmente aquele espaço enquanto mais um símbolo de representação do desastre. Esse novo contorno de valores dados à capela apareceu de forma clara durante o grupo focal:

Depois do ocorrido e que foi para mídia é que a comunidade foi evidenciada. A mídia nunca divulgou Paracatu, as festas, a Folia de Reis. Mas depois que houve o rompimento, a mídia divulgou. Paracatu sempre foi esquecido, apareceu agora a partir da comunidade de Bento Rodrigues que sempre foi ponto central em todas as discussões e divulgações relacionados ao rompimento da barragem da Samarco. Se não divulgava coisas boas, o pós-tragédia também não deveria divulgar.

---

A Capela já era patrimônio para a comunidade, mas depois do rompimento virou patrimônio para a sociedade. (A. S., 2019)

Com o instrumento de tombamento, o espaço fica preservado tal qual se encontra na atualidade, com as marcas do rejeito enquanto referente da tragédia, o que representa, inclusive, limitações de uso ou intervenções. A manutenção do templo com suas marcas indica, sem dúvida, qual memória de fato está sendo priorizada – a memória do acontecimento. Porém, não há como dissociar o acontecimento da história daquela população que ainda não foi efetivamente consultada sobre essa decisão. O passado daquele território, daquela capela, foi alterado a partir do acontecimento de 5 de novembro de 2015, ele nunca mais será o mesmo.

### **Considerações Finais**

Passado, presente e futuro estão postos diante da capela de Santo Antônio. Ela carrega as marcas, os rastros, os vestígios de um acontecimento, mas também traz a história e a memória de uma comunidade. Essas constatações podem ser feitas a partir das discussões propostas nesse artigo que buscou compreender os sentidos contidos em torno desse templo que, após o rompimento da barragem da Samarco, passa a ter ampliada sua visibilidade e suas significações.

Este estudo identificou o novo lugar ocupado pelo templo religioso que, a partir da passagem da lama, passa a ser reconhecido por mais agentes sociais para além dos moradores que a utilizavam cotidianamente e, certamente, da própria Igreja Católica, enquanto instituição participante e proprietária desse espaço. Esse novo lugar fica evidenciado a partir do momento em que a capela passa a ser objeto de discussão do Conselho do Patrimônio Cultural de Mariana, arena discursiva de cunho técnico e sobretudo político, que realizou o processo de tombamento da capela e a reconheceu enquanto um patrimônio cultural do município.

O processo de tombamento se deu a partir dos valores atribuídos ao templo pelos membros do COMPAT. Durante o processo de patrimonialização da capela, justificou-se a necessidade da salvaguarda da edificação em função de toda representatividade para a comunidade de Paracatu. Todavia, contraditoriamente, a comunidade não participou desse processo, tendo o Conselho agenciado o desejo dos antigos moradores a partir daquilo que a instituição julgou serem valores da comunidade.

---

Qual memória, de fato, o processo buscou manter? O valor atribuído pela comunidade de Paracatu por si só não foi suficiente, no passado, para atrair os olhares dos agentes oficiais do patrimônio cultural do município de Mariana. O tombamento do templo só se deu a partir do acontecimento, do rompimento da barragem, da simbologia que ele carrega na atual temporalidade.

Pode-se concluir que a população não perdeu o seu templo religioso devido à passagem da lama, porém perdeu a autonomia na tomada de decisão em relação ao seu uso e, inclusive, sobre o futuro da capela. O próprio processo de preservação cultural e físico do templo pode ficar fragilizado, uma vez que, na prática, é o envolvimento da comunidade de Paracatu que faz a capela continuar existindo e resistindo.

Por fim, os procedimentos adotados nesse estudo permitem afirmar que o processo de patrimonialização da capela de Santo Antônio é a própria materialização da alteração dos sentidos desse templo. Houve um movimento de ressignificação oficial pelos agentes políticos e institucionais que agora fazem parte do contexto da capela. Se, antes, aquele espaço representava um bem cultural a partir do uso e dos valores atribuídos pela comunidade de Paracatu, hoje ele é um bem patrimonializado pela simbologia e pela importância dada pela sociedade a partir de um acontecimento de proporções catastróficas, ultrapassando as fronteiras do local ampliando-se para o global.

Mesmo o tombamento da capela de Santo Antônio sendo a constatação material da alteração do sentido, não se percebeu, por meio desta investigação, que os valores anteriores da comunidade tenham sido desconsiderados. No entanto, eles foram atravessados por uma urgência que abarca a própria população atingida e extrapola os limites territoriais da comunidade de Paracatu.

Espera-se que os atingidos de Paracatu de Baixo, para as discussões que seguem sobre a destinação e o uso futuro da capela de Santo Antônio, possam ser sujeitos das suas próprias histórias. E que as instituições estejam a serviço da comunidade, que precisa ter assegurado e respeitado o direito de escolher a memória que deseja guardar, e como ela seguirá representada para as gerações futuras.

## Referências bibliográficas

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 216. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp). Acesso em 15 ago. 2019.
- BRASIL. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm). Acesso em 21 ago. 2019.
- CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural: valores e sociedade civil**. In: *Mestres e Conselheiros. Manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CLIMACO, Bianca Pataro Dutra. **Se essa rua fosse minha: patrimonialização de conjuntos urbanos em Itabirito (MG)**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.
- COMPAT. **Atas do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana**. Disponível em: <https://www.compat.info/atas>. Acesso em: 04 mar.2018.
- COMPAT. **Deliberação 002/2016 de Tombamento Provisório de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e de Cima**. Disponível em: <https://www.compat.info/leis-relativas-ao-patrimonio-cultural>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- COMPAT. **Regimento Interno do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana**. Disponível em: <https://www.compat.info/leis-relativas-ao-patrimonio-cultural>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- COSTA, Maria E. B. **Grupo Focal**. In: BARROS, Antônio, DUARTE, Jorge (org). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2011.
- FRANÇA, Renné; LANA, Lígia. **Do cotidiano ao acontecimento, do acontecimento ao cotidiano**. In: *E-Compós, Brasília, v.11, nº3, set/dez, 2008*.
- FUNDAÇÃO RENOVA. **A construção de Paracatu de Baixo**. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/paracatu-de-baixo/>. Acesso em: 5 abr. 2017.

---

**FUNDAÇÃO RENOVA. Termo de Transação de Ajustamento de Conduta.**

Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

IPHAN. **Bens Tombados**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 17 jan. 2018.

IPHAN. **Mariana**. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/272>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MARIANA. **Lei Municipal nº 1.728/2003 de 18 de março de 2003**. Minas Gerais, Mariana. Disponível em: <https://www.compat.info/leis-relativas-ao-patrimonio-cultural>. Acesso em: 21 fev. 2018

MENEZES, Ulpiano. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2\\_vol1\\_ForumPatrimonio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf). Acesso em: 15 set. 2018

MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. **Afetos e experiência estética: uma abordagem possível**. In: MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge (org). Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016. Disponível em <https://goo.gl/BdrKhZ>. Acesso em: 12 jul. 2018

OLIVEIRA, M.; FREITAS, H. **Focus group: instrumentalizando seu planejamento**. In: GODOY, Christiane K; MELLO, Rodrigo, B.; SILVA, Anielson, B. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2010.